

O QUE DIRECIONA A COOPERAÇÃO EM COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS?

<http://dx.doi.org/10.21527/2237-6453.2023.59.13152>

Submetido em: 17/3/2022

Aceito em: 8/12/2022

Erlaine Binotto,¹ Heloiza Cristina Holgado-Silva,²
Elisabete Stradiotto Siqueira,³ Thais Cremon⁴

RESUMO

A proposta deste artigo é analisar como os fatores demográficos, econômicos e a confiança afetam as atividades de cooperação em três regiões brasileiras. As atividades de cooperação foram analisadas tomando como referência uma adaptação do modelo de Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai, (2019). Para coleta de dados utilizou-se de questionários e grupos focais com produtores vinculados às cooperativas em Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Rio Grande do Norte. Os dados foram analisados utilizando-se de estatística descritiva e teste Qui-Quadrado de Pearson, bem como análise de conteúdo. Os dados não revelam fatores predominantes que conduzem a um perfil de cooperação, mas a um conjunto de variáveis singulares (localidade, etnia, tamanho da propriedade, tipos de produtos) que produzem estruturas de cooperação e confiança semelhantes nos três Estados, com ênfase em fatores negativos relacionados à ineficiência e desconfiança na gestão. A cooperação mostrou-se um constructo complexo, pois não foram encontradas relações causais que evidenciam maior cooperação. Os Estados têm condições demográficas e econômicas diferenciadas, contudo apresentam um perfil semelhante na confiança. Nós contribuimos com o modelo de Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019) com inclusão de variáveis de análise e indicativos de novas.

Palavras-chave: cooperativas; aspectos demográficos; aspectos econômicos; confiança.

WHAT DRIVES COOPERATION IN AGRICULTURAL COOPERATIVES?

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyze how demographic, economic and trust factors affect cooperation activities in three Brazilian regions. The cooperation activities were analyzed using an adaptation of the Muriqi, Fekete-Farkas and Baranyai (2019) model. For data collection, we used questionnaires and focus groups with farmers linked to cooperatives in Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, and Rio Grande do Norte. Data were analyzed using descriptive statistics and Pearson's chi-square test, as well as content analysis. The data did not show predominant factors that lead to a cooperation profile, but a set of unique variables (locality, ethnicity, farm size, types of products) that produce similar cooperation and trust structures in the three states, with an emphasis on factors negative related to inefficiency and mistrust in management. The cooperation issue showed a complex construct, as no causal relationships were found that show greater cooperation. The states analyzed had different demographic and economic conditions; however, they present a similar profile with the trust. We contributed to the Muriqi, Fekete-Farkas and Baranyai (2019) model with the inclusion of analysis variables and indicative of new ones.

Keywords: cooperatives; demographic aspects; economic aspects; trust.

¹ Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/5823505442014380>.
<https://orcid.org/0000-0002-0349-4566>

² Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Dourados/MS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/0444367483994401>.
<https://orcid.org/0000-0002-5397-6977>

³ Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Mossoró/RN, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/8581489357094720>.
<https://orcid.org/0000-0002-9957-1393>

⁴ Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados/MS, Brasil. <http://lattes.cnpq.br/2385323883912362>.
<https://orcid.org/0000-0003-0545-1188>

INTRODUÇÃO

O surgimento das cooperativas data de meados do século 19 em um cenário marcado por processos de empobrecimento da população que buscava formas de sobrevivência. Eram organizações que foram reconhecidas por buscarem disseminar princípios relacionados à “autoajuda, autor, reponsabilidade e autoadministração (Forgiarini; Alves; Mendina, 2018, p. 23).

Ainda que as cooperativas sejam reconhecidas por sua natureza de atuação coletiva elas atuam no campo empresarial de natureza primordialmente econômica e dessa forma enfrentam o desafio de operar simultaneamente dois processos de gestão de natureza distinta, quais sejam, a gestão empresarial e a social. De acordo com Macedo, Souza e Amodeo (2014), a gestão empresarial está mais voltada a aspectos financeiros, de produção, *marketing*, entre outros, já a gestão social tem sua ênfase na dimensão da participação, contudo reconhecem que as maiores dificuldades relacionam-se com a gestão social, visto que sua lógica se orienta por princípios diferentes daqueles que predominam nas economias de mercado.

A pesquisa de Macedo, Souza e Amodeo (2014) evidenciou a importância de atuação junto ao quadro social visando a fortalecer processos educativos para construção da identidade cooperativa com foco na dimensão coletiva como forma de ampliar a cooperação entre os associados.

Ainda sobre a coexistência da gestão estratégica e social em cooperativas Silva e Moretto Neto (2015), ao analisarem os processos de participação em duas cooperativas, constataram a coexistência dos dois tipos de gestão, contudo evidenciaram que a existência de uma estrutura tecnoburocrática, pertinente ao modelo estratégico, inibe os processos de participação, reforçando a ideia de que uma forma de gestão mais voltada para a dimensão social seria mais adequada para propiciar os valores das cooperativas.

Para assegurar ou incentivar as formas de participação o desafio central das cooperativas tem sido encontrar formas de equilibrar a relação entre a dimensão individual e coletiva, de forma a evitar o oportunismo que cria custos de transação mais elevados. Oportunismo, no contexto da teoria dos custos de transação, relaciona-se à forma como o indivíduo busca um interesse particular influenciando o relacionamento com os demais agentes (Williamson, 1979). Nesse sentido, ações oportunistas dificultariam a dimensão coletiva e, portanto, a cooperação.

Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019) desenvolveram um estudo investigando fatores que afetam a atividade de cooperação de agricultores do Kosovo e seu desejo em cooperar. Os autores concluíram que há um papel significativo dos fatores demográficos, econômicos e de confiança nas atividades de cooperação. No Brasil, o estudo realizado por Pereira e Carvalho (2008) em cooperativas de flores revela que a dimensão da etnia foi mais forte para formação das cooperativas, mas que perderam sua relevância no decorrer do tempo.

Nessa mesma vertente Mojo, Fischer e Degefa (2017) concluíram que aspectos demográficos e socioeconômicos, como idade, educação do agricultor e tamanho da propriedade são os principais fatores que afetam o estabelecimento de cooperativas agropecuárias. Mojo, Fischer e Degefa (2017) e Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019) trazem elementos indicando que fatores demográficos, econômicos e de confiança podem se constituir em direcionadores para o constructo da cooperação.

Ao analisar os aspectos considerados relevantes por Mojo, Fischer e Degeva (2017) e Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019), observa-se que no Brasil existe um perfil rural vinculado à estrutura familiar, uma vez que 73% dos residentes possuem laços de parentesco com o produtor rural. O patriarcado é uma forte tendência dos proprietários rurais, pois 81% são homens. A faixa etária predominante é de 30 a 60 anos, com 60%, seguida de maiores de 60 com 34% e menos 30 anos o percentual de 5%, ou seja, um perfil de idade madura. A escolaridade é reduzida, uma vez que 15,44% nunca frequentaram a escola, 19,48% com primeiro grau completo, 14,39% o segundo grau completo e 5,55% graduados (IBGE, 2019).

A inovação trazida nesse estudo é a inclusão de diferentes variáveis no modelo proposto por Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019), na forma de análise estatística e na inclusão de dados qualitativos. Diferentemente desses autores, este trabalho teve como foco de análise apenas produtores já vinculados a cooperativas em três Estados brasileiros. Nos fatores econômicos foram listadas as atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade. Na caracterização da confiança, foram incluídas questões relacionadas à participação do entrevistado na cooperativa e que refletem nas suas relações de confiança com a organização e com seus membros. Nas variáveis demográficas foi incluída a identificação de ascendência do indivíduo, caracterizada aqui como origem familiar.

Considerando o exposto, o estudo tem como questão de pesquisa: Como os associados de cooperativas agropecuárias percebem os direcionadores para as atividades de cooperação? Nesse contexto, o objetivo foi analisar como os fatores demográficos, econômicos e confiança afetam as atividades de cooperação em três regiões brasileiras.

O recorte geográfico do estudo é composto por três Estados brasileiros: Mato Grosso do Sul (MS), Rio Grande do Norte (RN) e Rio Grande do Sul (RGS), os quais se situam em distintas regiões, respectivamente Centro-Oeste, Nordeste e Sul. A escolha desses Estados considerou as características diferenciadas relacionadas às atividades agrícolas desenvolvidas, aspectos culturais, aspectos demográficos, clima, uma delas foi fronteira agrícola, entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

Cooperativismo: desafios teóricos

Entre as possibilidades de associações, trabalho conjunto e ações coletivas estão: redes, arranjos produtivos locais, marcas coletivas, cooperativas, sindicatos, associações, entre outras. Essas formas de organização podem proporcionar diferentes vantagens, como o crescimento de receitas, os ganhos em escala e o aumento do poder de barganha (Lazzarini; Chaddad; Cook, 2001; Saes, 2008; Maeda; Saes, 2009).

As cooperativas são um tipo de organização cuja estrutura e forma de operacionalização estão apoiadas em princípios relacionados à solidariedade, igualdade e participação. A cooperação é o norteador de suas ações, em uma tentativa de superar o individualismo liberal e o socialismo centralizado (Santos, 2002). Considerando, contudo, o ambiente organizacional em que elas atuam, orientado pelo lucro e a competitividade, a sustentação de valores cooperativos nem sempre é uma tarefa fácil, dada a contraditoriedade em relação aos valores predominantes.

Para Forgiarini, Alves e Mendina (2018) o tema pode ser compreendido a partir de duas abordagens teóricas, a doutrinária e a econômica. A corrente doutrinária é orientada pelas perspectivas propostas por Rochdale em que se destacam os valores de solidariedade, enquanto a abordagem econômica da cooperação apoia-se na Escola de Münster com uma perspectiva mais economicista, chegando a compreender como equivalentes as cooperativas com qualquer outra organização capitalista.

A diferença fundamental entre as duas abordagens refere-se à concepção de individual e coletivo: enquanto a Teoria Econômica da Cooperação tem como foco o indivíduo, ou seja, a gestão coletiva é realizada para que os indivíduos alcancem seus objetivos, a Teoria Doutrinária considera que o objetivo principal das cooperativas é contribuir na resolução de problemas coletivos (Forgiarini; Alves; Mendina, 2018). Os autores consideram que essas não são perspectivas excludentes, mas complementares ao considerarem que a visão econômica busca novos arranjos institucionais que tornem as cooperativas mais eficazes e perenes, satisfazendo seus associados/cooperados nas dimensões econômica, social e ambiental alinhadas ao conceito de desenvolvimento sustentável, podendo também contribuir com a proposição doutrinária que compreende as cooperativas como uma possibilidade de servir as pessoas, os cooperados e a comunidade.

Uma outra abordagem é a proposta pela Economia Plural, inspirada nos escritos de Polanyi, que resgata o berço das concepções do cooperativismo do socialismo utópico, do anarquismo, do marxismo, incluindo ainda o reformismo social-liberal. Tais concepções entendem que as cooperativas atuam em um campo dual com perspectiva de superação da lógica organizativa capitalista, mas ao mesmo tempo buscam formas de sobreviver com princípios diferenciados, ou seja, valores de solidariedade e igualdade, no contexto de uma sociedade capitalista dada a complexidade dos processos econômicos presentes no século 20 (Zwick; Pereira, 2013). Nesse contexto de dualidade a Economia Plural, ao identificar outras formas organizacionais, como a economia solidária, a doméstica e a estatal, poderia ampliar os horizontes para se pensar a economia mesmo que em um contexto capitalista, com lógicas de produção e distribuição menos opressivas e mais solidárias. Nesse sentido, os autores compreendem que a lógica de gestão de uma cooperativa é materializada em um *continuum* que oscila entre a Gestão Social e a Heterogestão, destacando-se que esse movimento pendular depende dos valores que norteiam as decisões dos envolvidos nas cooperativas (Zwick; Pereira, 2013).

Compreender como a dimensão valorativa das cooperativas pode ser fortalecida pode tanto contribuir na sua preservação como oferecer possibilidades organizativas que favoreçam tais vínculos e contribuam com formas organizacionais mais equilibradas entre organização e sociedade. Polanyi (2013) sugere que as relações com o mercado não se restringem às trocas mercantis (economia de mercado) e que grupos sociais podem se relacionar por meio dos princípios da reciprocidade (simetria e igualdade entre os agentes). Nesse sentido compreender como os processos de cooperação se materializam pode contribuir no aprendizado de como as cooperativas estabelecem nexos entre a dimensão econômica e social.

Cooperação no contexto das cooperativas

A cooperação só ocorre quando existe confiança mútua (Putnam, 2006). A falta de confiança entre o membro e a cooperativa pode dissolver a relação, pois o membro prefere negociar com uma organização privada que demonstre confiança ou até mesmo deixar a cooperativa, limitando o seu desempenho econômico (Cook, 1995).

De acordo com Kunzler e Badalotti, (2017, p. 330):

O meio rural é um espaço em que se configuram ações que vão além das atividades de produção, constituindo-se em um ambiente institucional permeado por diferenciações sociais e projetos de agricultura distintos, em que se constroem processos de cooperação, resistência e organização política.

A confiança é uma pré-condição para a troca de informações em uma cooperativa. Em particular, a confiança ajuda a harmonizar os conflitos de interesses entre os grupos associados à cooperativa e ajuda a fomentar a comunicação (Jensen-Auvermann; Adams; Doluschitz, 2018). O gestor é o estimulador que molda a confiança interorganizacional por meio de ações, regras e princípios (Creed; Miles, 1996), sendo oportunizado a ele incentivar as pessoas a criar uma atmosfera de confiança (Rotter, 1980). Com a comunicação entre as pessoas, os problemas podem ser resolvidos, as ideias podem crescer e os serviços da cooperativa podem ser mais eficientes. Em decorrência disso, o melhor desempenho pode ser gerado e os benefícios podem aumentar (Jensen-Auvermann; Adams; Doluschitz, 2018).

Desta forma, a confiança oferece vantagens econômicas que têm um impacto positivo no aumento do benefício e no fortalecimento do compromisso dos membros (Jensen-Auvermann; Adams; Doluschitz, 2018). Quando, porém, a confiança não se materializa, a única alternativa é determinar punições para quem deserda dos compromissos de cooperação e, nesse caso, incorrem custos de transação relacionados a tal processo (Putnam, 2006). Para evitar tais custos, ou mesmo a necessidade de um mediador externo para assegurar a punição daqueles que desertam da cooperação, o mesmo autor sugere que a cooperação voluntária seria ideal.

Para Putnam (2006) a cooperação voluntária ocorre em comunidades com participação cívica mais efetiva. O autor relaciona o conceito de participação cívica a um desempenho institucional favorável derivado de relações sociais horizontalizadas que permitem o desenvolvimento de cooperação e confiança recíprocas. Chama a atenção para o fato de que ela é mais factível em espaços de convivência mútua, facilitadas em espaços geográficos mais restritos. Essa participação cívica potencializa o capital social, facilita a cooperação voluntária e reduz os custos de transação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

É uma pesquisa que combina aspectos quantitativos (questionários) e qualitativos (grupos focais). Utiliza abordagem descritiva, quanto aos fins, e de campo quanto aos meios (Vergara, 2006).

No Brasil existem mais de 4.880 cooperativas distribuídas em sete ramos de atividade econômica: agropecuário, infraestrutura, consumo, produção de bens e serviços, transporte, crédito e saúde (OCB, 2022a). São 1.170 cooperativas agropecuárias com cerca de um milhão de associados, somando 239.628 empregos. Suas atividades podem resultar no fornecimento de insumos, assistência técnica e extensão rural, bem como na industrialização e comercialização de produtos agrícolas (OCB, 2022a). Em relação a outras características a Tabela 1 traz alguns aspectos dos Estados estudados.

Tabela 1 – Características dos estados brasileiros pesquisados

Componente	MS	RN	RS
População em 2020	2.809.394*	3.534.165*	11.422.973*
Área (km ²)	357.147,994*	52.809,601*	281.707,149 *
Nº de municípios	79*	168*	497*
Densidade demográfica (hab/km ²)	6,86*	59,99*	37,96*
IDH 2010	0,729*	0,684*	0,792*
Nº de estabelecimentos agropecuários	64.864**	83.053**	441.472**
Agricultura não familiar (%)	36,7**	14,26**	14,3**
Agricultura familiar (%)	63,3**	85,74**	85,7**
Participação no PIB em 2018 (%)	1,5***	1***	6,5***

Fonte: *IBGE, **Sidra, ***Censo/IBGE (2019).

Os dados (Tabela 1) evidenciam as diferenças entres os Estados. O Rio Grande do Sul é o maior em área, população, estabelecimentos agropecuários, PIB e número de municípios. O Estado do Rio Grande do Norte tem maior densidade demográfica, já Mato Grosso do Sul tem a porcentagem maior na agricultura não familiar, o que pode influenciar no perfil mais comercial para as cooperativas. Os Estados pesquisados se assemelham no IDH. O Rio Grande do Norte e o Rio Grande do Sul se assemelham na porcentagem da agricultura familiar.

A Tabela 2 apresenta alguns dados das cooperativas agropecuárias nos Estados pesquisados.

Tabela 2 – Características das cooperativas

Componente	MS	RN	RS
Total de cooperativas	68	127	434
Nº de cooperativas agropecuárias	26	31	126
Nº de cooperados	5.547	3.648	322.677
Nº de empregados	1.362	24	33.331

Fonte: OCB, 2021.

Os dados demonstram que o Rio Grande do Sul conta com o maior número de cooperados em relação do número de cooperativas, assim como o maior número de empregados nas cooperativas. Chama a atenção, contudo, que em Mato Grosso do Sul o número de empregados em relação ao número de cooperados é o maior entre os três Estados. Este fato pode estar alinhado a menor presença da agricultura familiar no Mato Grosso do Sul, embora sejam necessárias novas pesquisas para confirmar esse aspecto. O setor agropecuário é mais forte em Mato Grosso do Sul, representando 38% das cooperativas, seguido do Rio Grande do Sul, com 29%, e Rio Grande do Norte com 24%, ou seja, o setor tem um papel importante nos três Estados.

No Rio Grande do Sul a primeira cooperativa foi criada em 1902, a cooperativa Sicredi Pioneira, na cidade de Nova Petrópolis (OCB, 2022a). No Mato Grosso do Sul a Coop-Grande foi fundada em 1935 (OCB/MS, 2011). No Rio Grande do Norte a primeira cooperativa foi criada em 1915, a Cooperativa Mossoró Novo (Ferreira, 2010). Observa-se que nos Estados do Rio Grande

do Sul e Rio Grande do Norte o movimento de cooperativismo iniciou-se em período próximo, contudo a lógica de seu surgimento pode ser atribuída as suas características diferenciadas.

De acordo com Ferreira (2010), no Rio Grande do Norte esse movimento foi organizado com forte influência da igreja católica, o mesmo ocorrendo no Rio Grande do Sul (Vogt; Radünz, 2013). Contudo, enquanto no Rio Grande do Norte tenha sido configurado de forma restrita, devido ao forte controle da igreja (Ferreira, 2010), no Rio Grande do Sul a ação da igreja estava vinculada a um processo de organização dos imigrantes alemães (Vogt; Radünz, 2013). Em Mato Grosso do Sul a primeira cooperativa do Estado foi fundada por imigrantes japoneses da região de Okinawa (OCB/MS, 2010). Nesse sentido a imigração teve um papel importante nos Estados de Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, e por consequência, um processo mais amplo de participação que pode ter influenciado o perfil das cooperativas nesses Estados.

Assim sendo, ainda que guardadas as diferenças históricas e geográficas, as cooperativas nos três Estados encontram pontos de aproximação e especificidades que podem ter influenciado na sua organização.

A pesquisa foi desenvolvida com 166 associados de cooperativas dos três Estados, ou seja, 35 de MS, 17 do RN e 114 RS. Estes agricultores estavam vinculados a 2 cooperativas no MS, 6 no RN e 13 no RS. Os critérios de escolha dos pesquisados deram-se por acessibilidade e por estarem vinculados formalmente a uma organização cooperativa. Destaca-se que não há correlação proporcional em relação ao total de cooperados e número de respondentes por cooperativa. O perfil das cooperativas abrange pequenas, médias e grandes, que possuem atividades diversas, conforme será apresentado nos resultados. Destaca-se que a escolha dos respondentes não considerou o perfil de cooperativas. Outro aspecto a ser destacado, embora não tenha sido foco de análise, é o histórico da ida de produtores do RS para MS há algumas décadas. O êxodo ou migração de gaúchos para MS não sustenta que aspectos culturais e demográficos desse Estado sejam similares aos do RS, pois a formação do Estado teve influências de agricultores vindos de outros Estados, bem como a presença de indígenas e paraguaios. Outro destaque em relação a MS é que das cooperativas agropecuárias nove possuem suas matrizes em outros Estados, predominando o Paraná (OCB, 2019).

Os instrumentos de coleta de dados utilizados foram questionário com 56 questões abertas e fechadas e grupos focais, os quais foram realizados com os mesmos participantes após a aplicação do questionário. O grupo focal é uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio da interação do grupo sobre um tema proposto. Entre as vantagens estão a redução do tempo na coleta de dados, maior alcance no número de participantes e possibilidade de consenso e de maior profundidade no conteúdo dos dados pela partilha de experiências em relação a entrevistas individuais (Gaskell, 2002; Morgan, 1997). Algumas desvantagens são: a impossibilidade de generalização; a dificuldade ou inabilidade do moderador na condução, que pode comprometer a qualidade dos dados (Aigner, 2001).

Nesta pesquisa foi utilizado um recorte do questionário com 10 questões que contemplam algumas das variáveis do modelo de Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019), bem como as que foram incorporadas neste estudo. Antes da aplicação do questionário foi realizada uma explanação dos objetivos da pesquisa e solicitado o preenchimento e assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido. O questionário e as questões dos grupos focais foram pré-tes-

tadas com quatro produtores rurais vinculados a cooperativas e feitas as adequações indicadas quanto a melhor compreensão e sentido do que seria perguntado.

Os cooperados pesquisados contaram com o auxílio da equipe de pesquisadores para o preenchimento dos questionários impressos. A coleta de dados referente ao questionário foi realizada no ambiente da cooperativa e nos espaços em que os produtores rurais desenvolvem suas atividades entre 2015 e 2018.

Os grupos focais foram gravados e transcritos posteriormente, realizados somente no ambiente das cooperativas, com 11 grupos de produtores que aceitaram participar, ou seja, 2 do RN (12 produtores), 6 do RS (108 produtores) e 3 de MS (24 produtores). Para o grupo focal foram elaboradas 11 questões e para este artigo utilizou-se quatro delas. As questões foram elaboradas a partir dos questionários, considerando aspectos que deveriam ser aprofundados com os cooperados, no intuito de melhor compreender a percepção dos produtores em relação à confiança (cooperação e sua relação com a cooperativa). Esse aspecto alinha-se ao objetivo da pesquisa qualitativa e oferece oportunidades de maior aprofundamento em relação ao ponto de vista dos cooperados e quanto a aspectos-chave a serem estudados.

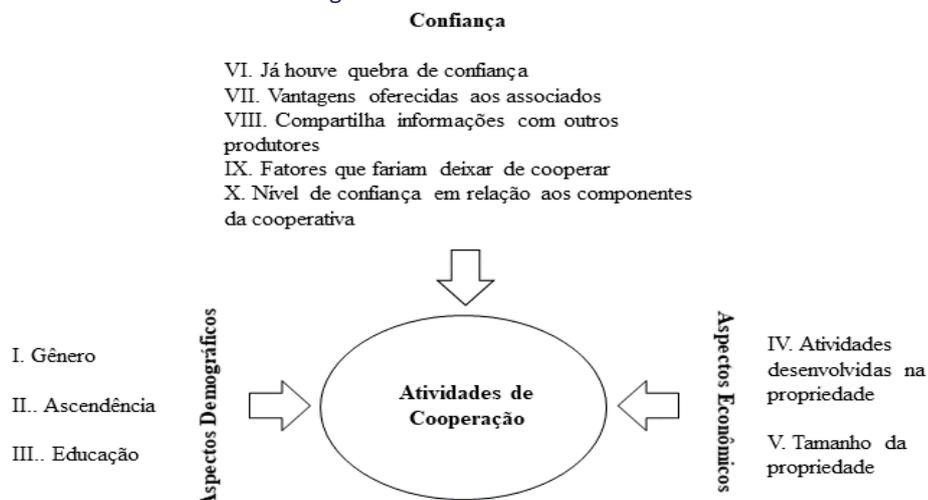
Para análise dos dados utilizou-se abordagem quantitativa e qualitativa. Para caracterização das populações, os dados foram submetidos à análise estatística descritiva. Para verificação da associação entre a região em que vive o entrevistado e suas relações de confiança foi utilizado o Teste Qui-Quadrado de Pearson. Os dados foram analisados utilizando o software estatístico R (R Core Team, 2020).

Para os dados qualitativos decidiu-se pela análise interpretativa com o intuito de explorar o conteúdo das informações obtidas nos grupos focais, sendo priorizados os discursos relacionados à dimensão da confiança. Os dados foram analisados com apoio do programa Iramuteq por meio da CHD. A CHD infere o conteúdo do *corpus* para compreender grupos de discursos ou ideias emergentes do texto, com base nessa compreensão constrói classes. Quanto ao percentual de aproveitamento do *corpus*, os manuais do Iramuteq recomendam que a retenção do material do *corpus* analisado deve ser de no mínimo 70%.

Os resultados obtidos em relação ao *corpus* intitulado “Cooperação” foram 73 segmentos de texto com aproveitamento de 72,60% do *corpus* analisado, gerando 6 classes. Essas classes estão divididas em quatro ramificações, A, B, C e D. Tem-se que o subcorpus A é composto pelas classes 1 e 5, o subcorpus B pela classe 6. O subcorpus C apenas pela classe 2, que se desdobra no subcorpus D com as classes 3 e 4.

As categorias de análise envolvem o perfil demográfico, econômico e relações de confiança, presentes no modelo lógico dos exames proposto por Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019), no entanto as variáveis estudadas diferem destes autores, sendo adaptado ao escopo da pesquisa.

Figura 1 – Modelo de análise



Fonte: Adaptado do modelo proposto por Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019).

RESULTADOS

Aspectos demográficos

A análise dos dados foi organizada, inicialmente, evidenciando os aspectos demográficos dos entrevistados (Tabela 3), a fim de identificar em cada Estado o perfil dos respondentes.

Tabela 3 – Aspectos demográficos dos entrevistados

Componente	Tipo	MS	RN	RS
Gênero	Masculino	87,5%	47,1%	85,1%
	Feminino	14,3%	52,9%	15,8%
Ascendência	Italiana	28,6%	0,0%	77,2%
	Alemã	2,9%	0,0%	16,7%
	Japonesa	22,9%	0,0%	0,0%
	Brasileira	31,4%	100,0%	6,1%
	Outra	14,3%	0,0%	0,0%
Nível Educacional	Não Alfabetizado	0,0%	18%	0,0%
	Fund. Incompleto	28,6%	59%	45,1%
	Fund. Completo	22,9%	0%	14,2%
	Médio Incompleto	2,9%	0%	12,4%
	Médio Completo	20,0%	18%	15,9%
	Superior Incompleto	8,6%	6%	7,1%
	Superior Completo	17,1%	0%	1,8%
Pós-graduação	0,0%	0%	3,5%	

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Com relação ao gênero do proprietário, somente no RN as mulheres são a maioria, mas o percentual de diferenciação entre os sexos nesse Estado é de pouco mais de 5%. Essa predominância feminina pode estar relacionada ao processo organizativo das mulheres no RN, principalmente à organização da Rede Xique-Xique, que envolveu de forma consistente as

mulheres em atividades da agricultura familiar por meio de cooperativas apoiadas em princípios relacionados à economia solidária e o feminismo (Castro, 2014).

A ascendência segue as características de formação da população brasileira, que apresenta relevante diversidade interna, sendo composta por povos nativos, como indígenas, pessoas de origem africana, europeia e asiática. No Sul do Brasil, na pesquisa representada pelo RS, existem grupos que preservam sua identidade de origem europeia, herança calcada na colonização do século 19, como os italianos e os alemães, como notado por Rieder (2017) ao constatar a prática de costumes e hábitos culturais europeus e o ensino da língua de origem do genitor às outras gerações. Em MS essa identidade não é tão forte e no RN é inexistente, observando-se que os entrevistados se identificam com origem brasileira pois, como visto, a forma de resistência indígena ao processo de colonização portuguesa fez com que não houvesse predominância cultural dos colonizadores (Lopes, 2003).

Aspectos econômicos

Outra dimensão analisada refere-se às características econômicas dos entrevistados (Tabela 4), a fim de compreender o tipo de produção e a dimensão das propriedades em cada Estado pesquisado.

Tabela 4 – Características econômicas das atividades dos entrevistados

Componente	Tipo	MS	RN	RS
Atividades desenvolvidas na propriedade	Leite	0,0%	0,0%	31,6%
	Soja	94,3%	0,0%	76,3%
	Milho	71,4%	0,0%	38,6%
	Tabaco	0,0%	0,0%	12,3%
	Acerola	0,0%	37,5%	0,0%
	Feijão	0,0%	0,0%	10,5%
	Arroz	2,9%	0,0%	18,4%
	Trigo	0,0%	0,0%	10,5%
	Mel	0,0%	43,8%	0,0%
	Castanha	0,0%	62,5%	0,0%
	Outros	8,6%	62,5%	26,3%
Tamanho da Propriedade (ha)	0-10	5,7%	35,3%	13,2%
	11-20	2,9%	23,5%	21,9%
	21-30	2,9%	0,0%	12,3%
	31-40	2,9%	23,5%	13,2%
	41-50	14,3%	11,8%	6,1%
	51-100	20,0%	5,9%	22,8%
	101-150	22,9%	0,0%	4,4%
	Maior	28,6%	0,0%	6,1%

Fonte: Dados da pesquisa.

A maioria dos entrevistados de MS (94,3%) e do RS (76,3%) desenvolve como principal atividade na propriedade o plantio de soja, seguida pelo milho, sendo isto decorrente da prática da rotação de cultura, que traz melhorias na qualidade do solo. Com referência ao tamanho da

propriedade, MS possui as maiores propriedades em termos de extensão, variando de 51 a 150 hectares e é um dos maiores exportadores de soja do Brasil.

As pequenas propriedades concentram-se no RN, no qual as atividades desenvolvidas relacionam-se ao cultivo de frutas, castanhas e à produção de mel. Nesse Estado existe uma predominância de pequenas propriedades. De acordo com De Aquino, Alves e Vidal (2020), em 2017 79,9% dos estabelecimentos rurais eram identificados como da agricultura familiar, portanto propriedade de pequeno porte e forte presença da agricultura familiar, como indicado na Tabela 2.

No RS uma parte de áreas pequenas (1-20 hectares) corresponde a 21,9%, e extensão aproximada de 22,8% são propriedades que variam de 51 a 100 ha. Destaca-se que no RS produtores com áreas de 10 a 50 ha cultivam soja, cultura que não se torna viável quando produzida em pequena escala (Wesz Junior; Bueno, 2008). Outro aspecto é a representatividade da produção leiteira nesse Estado. O Valor Bruto da Produção (VBP) total de leite no Rio Grande do Sul é da ordem de R\$ 4,90 bilhões por ano, e a produção comercializada com indústrias, cooperativas e queijarias equivale a aproximadamente R\$ 4,51 bilhões por ano (Emater/RS-Ascar, 2019).

Confiança

Questionou-se aos entrevistados se houve alguma situação que provocou a perda da confiança podendo ser em relação a cooperado ou à cooperativa (Tabela 5). Em MS e no RN essa quebra está relacionada aos associados e no RS à cooperativa, resultado corroborado ao nível de confiança atribuído aos demais cooperados como regular em MS (Figura 2), sendo o maior percentual no referido Estado.

Tabela 5 – Percepção dos entrevistados sobre aspectos relacionados à confiança e cooperação

Componente	Tipo	MS	RN	RS	X ²	p-value
Quebra de confiança	Cooperativa	11,4%	11,8%	14,0%	0,1947	0,9072
	Associados	20,0%	23,5%	11,4%	2,8603	0,2392
Vantagens oferecidas aos associados pela cooperativa	Venda	57,1%	100,0%	78,9%	12,8992	0,0015*
	Relações sociais	60,0%	76,5%	39,5%	10,8570	0,0043*
	Transparência	62,9%	58,8%	54,4%	0,8196	0,6637
	Gestão	54,3%	64,7%	55,3%	0,5898	0,7446
	Assistência técnica	37,1%	41,2%	78,1%	24,9307	0,0000*
	Preço de venda da produção	31,4%	52,9%	20,2%	8,9802	0,0112*
	Preço do insumo	42,9%	23,5%	61,4%	10,5967	0,0049*
	Sobras	0,0%	0,0%	44,7%	33,5798	0,0000*
Proximidade	0,0%	0,0%	41,2%	29,9059	0,0000*	

Compartilha informações e técnicas desenvolvidas na propriedade com outros produtores		88,6%	88,2%	79,8%	1,8485	0,3968
Fatores para o desligamentos da cooperativa	Gestão Ineficiente	68,6%	52,9%	61,4%	1,2513	0,5349
	Mudança na atividade	62,9%	11,8%	28,1%	18,5857	0,0000*
	Desconfiança na direção	60,0%	64,7%	55,3%	0,6780	0,7124
	Desvantagens de preços	17,1%	58,8%	40,4%	9,8963	0,0070*
	Troca de presidente	2,9%	0,0%	3,5%	0,6271	0,7308

*Significativo a 95% de probabilidade.

Fonte: Dados da pesquisa.

As vantagens proporcionadas pela cooperativa aos associados (Tabela 5) diferem entre os Estados. A venda da produção é a maior vantagem reportada pelos entrevistados no RN, seguida pelo RS, enquanto as relações sociais são consideravelmente relevantes para o RN e MS. Os cooperados do RS são os que mais atribuem uma vantagem à assistência técnica oferecida pela cooperativa.

Essa percepção em parte difere de estudos anteriores que apresentam as relações sociais entre cooperados como um benefício essencial mais do que os fatores ligados à produção, como o preço (Macedo; Sousa; Amodeo, 2014).

Os participantes dos grupos focais também evidenciaram a importância da assistência técnica atualmente, considerando que sem ela não se consegue produzir em decorrência da complexidade que tem se tornado o plantio, bem como o surgimento de novas doenças nas plantas, etc.

O preço de venda da produção, ou seja, o preço pago pela cooperativa, é considerado uma vantagem para os pesquisados do RN e é indicado como um fator de desligamento quando esse não é mantido em condições favoráveis. Esse dado pode estar relacionado à dificuldade de comercialização ou de agregar valor ao produto de acordo com De Aquino, Alves e Vidal (2020), ainda que a agricultura familiar seja a estrutura produtiva predominante, uma vez que responde por 80% dos estabelecimentos rurais, conseguiu, em 2017, gerar apenas 29,7% do Valor Total da Produção.

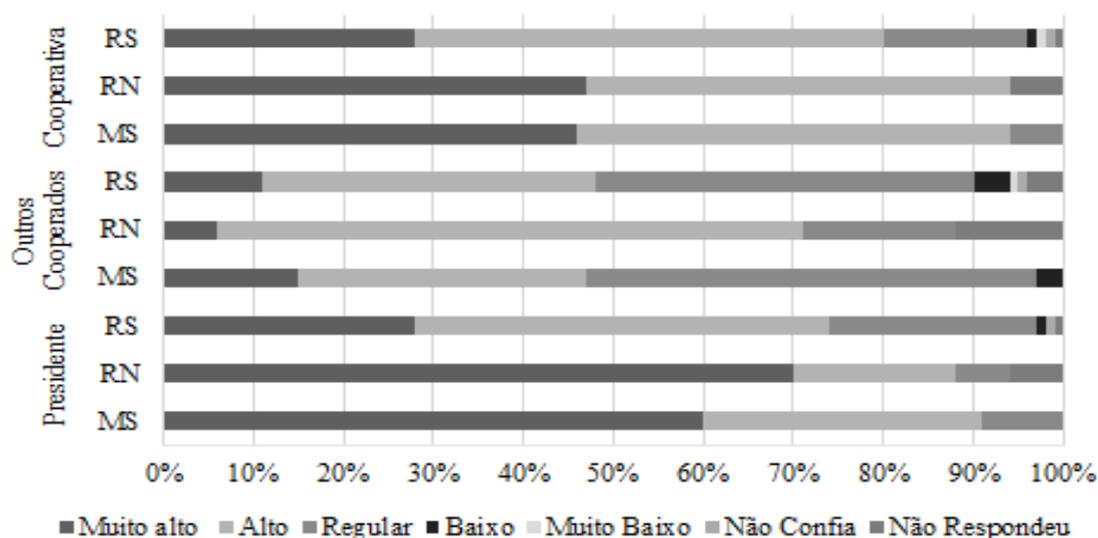
Os participantes dos grupos focais trazem um contraponto para essa questão, relatam características imediatistas dos produtores que deixam de entregar a produção para a cooperativa, porque a cerealista está comprando por poucos reais a mais, tendo em vista que a cooperativa oferece assistência técnica gratuita. As estratégias tradicionais de comercialização como *trades* locais e cooperativas podem reduzir os riscos da venda dos produtos pelo produtor, mas limitam a possibilidade da obtenção de preços melhores (Barbosa *et al*, 2022).

O preço do insumo disponibilizado pela cooperativa é considerado uma vantagem em maior escala no RS e em menor no RN. Apenas o RS considera a proximidade da cooperativa e a distribuição de sobras como vantagem oferecida. A maioria dos produtores nos três Estados compartilham informações e técnicas desenvolvidas na propriedade com outros produtores (Tabela 5).

Os fatores que podem ocasionar o desligamento do produtor com a cooperativa (Tabela 5) são a mudança na atividade (MS) e a desvantagem nos preços pagos pelo produto (RN). Verificou-se o nível de confiança atribuído pelos entrevistados em relação aos membros, ao presidente e à cooperativa (Figura 2).

Ao presidente da cooperativa é atribuído um “muito alto” nível de confiança no RN, com a maior representatividade “regular” no RS, único Estado que também apresenta um “baixo nível” de confiança. Os níveis que podem ser considerados favoráveis (muito alto e alto) são maiores do que os “regulares” e não favoráveis (baixo, muito baixo). Isso representa no geral uma significativa confiança no presidente da cooperativa por parte dos pesquisados nos três Estados.

Figura 2 – Nível de confiança em relação aos membros, ao presidente e à cooperativa.



Fonte: Dados da pesquisa.

Em relação a outros cooperados, o maior percentual encontrado é para o “alto nível” de confiança no RN, Estado que não apresenta nenhum percentual de “baixo nível” neste quesito. Observou-se, porém, expressivos níveis “regulares” de confiança em outros cooperados nos Estados do MS e RS. Demonstrou-se que no MS e RS cerca de 50% dos entrevistados atribuem níveis de confiança considerados favoráveis e igual percentual não favorável, expressando uma clara divisão de percepções.

Os entrevistados atribuem um nível de confiança favorável (muito alto e alto) para a cooperativa, sendo estes os maiores percentuais nos três Estados para o questionamento sobre confiança.

DISCUSSÃO

O modelo de análise proposto (Figura 1) considerou que os aspectos demográficos, econômicos e de confiança influenciam nas atividades de cooperação. O estudo partiu da compreensão de que a cooperação é um fator norteador das ações que visam à sustentação de valores cooperativos em contraposição à lógica restrita ao lucro e à competitividade (Santos, 2002).

Nesse contexto foram analisadas percepções dos cooperados em três Estados brasileiros e constatou-se, em relação à cooperação, algumas singularidades, ainda que consideradas as diversidades demográficas ou econômicas (Quadro 1).

Quadro 1 – Síntese dos fatores demográficos e econômicos nas regiões

Estado	Demográficos			Econômicos	
	Ascendência	Gênero	Educação	Tamanho	Cultura
RN	Brasileira	Mulheres/ Homens	Fund. Incompleto	Pequena	Mel, castanha e frutas
MS	Brasileira Italiana Japonesa	Homens	Fund. Completo Incompleto	Grande	Soja e milho
RS	Italiana	Homens	Fund. Incompleto	Média	Soja e milho

Fonte: Dados da pesquisa.

Em MS o perfil de ascendência foi híbrido (japonês, italiano e brasileiro), com organizações cuja gestão é predominantemente exercida por homens, com uma tendência a grandes propriedades que produzem soja e milho em sua maioria. Relatam que a quebra de confiança ocorre principalmente pelos associados e consideram que a vantagem de cooperar deriva de uma multiplicidade de fatores como: venda, relações sociais, transparência e gestão.

O RN apresentou a ascendência brasileira, a gestão é realizada de forma paritária por homens e mulheres, as propriedades são pequenas, produzindo mel, castanha e frutas. A quebra de confiança ocorre principalmente pelos associados. Os motivos de cooperação são os relacionados às vendas e às relações sociais e a motivação para deixar de cooperar está vinculada à ineficiência e desconfiança na gestão e aos preços insuficientes.

O RS revela uma ascendência majoritária de italianos, a gestão é realizada predominantemente por homens, as propriedades médias são maioria e se dedicam à produção de milho e soja. A quebra de confiança ocorre tanto em relação à cooperativa quanto aos cooperados; como vantagem de cooperar indicam a venda e a assistência técnica e a quebra de confiança é derivada da ineficiência e falta de confiança na gestão (Quadro 2).

Esse quadro geral revela que a questão da etnia não parece ser um fator significativo, considerando que diferentes estruturas de ascendência apresentam fatores semelhantes no que diz a questão da cooperação e da confiança. Os dados também revelam que diferentes tamanhos de propriedade e tipos de produção mais centradas em determinados produtos (o caso da soja e milho no RS e MS) ou mais distribuídas (frutas, mel, castanha no RN) também não trouxeram diferenças significativas no perfil de cooperação. Nesse sentido os dados desta pesquisa não corroboram os achados por Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019).

Quadro 2 – Síntese dos fatores relacionados à confiança e cooperação

Estado	Com quem houve quebra de confiança	Nível de confiança			Cooperação	
		Presidente	Cooperado	Cooperativa	Vantagem de cooperar	Por que deixaria a cooperativa
RN	Cooperado	Muito alto	Alto	Muito Alto/ Alto	Venda de produtos Relações	Desconfiança na gestão Desvantagem de preço Ineficiência
MS	Cooperado	Muito alto	Regular	Muito Alto/ Alto	Relações Transparência	Ineficiência Mudança de atividade Desconfiança na gestão
RS	Cooperado Cooperativa	Alto	Regular	Alto	Venda de produtos Assistência Técnica	Ineficiência Desconfiança Gestão

Fonte: Dados da pesquisa

A confiança é significativa em todos os agentes (presidente, cooperado e cooperativa) nos três Estados, com porcentagens muito baixas, abaixo de 20% a quebra de confiança para os Estados do RN e MS são identificadas entre cooperados.

A cooperação é afetada nos três Estados quando ocorre ineficiência na gestão ou desconfiança na direção. A desvantagem de preços é significativa somente para os Estados do RN e MS, talvez em decorrência de serem propriedades menores. Essa questão dos preços foi evidenciada nos grupos focais quando afirmam que o cumprimento dos acordos feitos entre produtores e cooperativa foi um fator que relacionam à confiança. Somente no RS a assistência técnica tem destaque. Como sugerido por Creed e Miles (1996), o gestor tem um papel relevante em estabelecer as regras e princípios e ainda por contribuir para o fortalecimento da confiança (Rotter, 1980). Nesse sentido, ao ser destacada nos três Estados a dimensão da ineficiência e desconfiança, considera-se que tal cenário produzirá impactos negativos na cooperação, pois como visto com Putnam (2006), a cooperação só ocorre quando existe confiança mútua.

Os aspectos relacionados à gestão apresentaram-se como o principal foco da quebra de confiança e podem revelar uma fragilidade institucional, pois como afirmam Jensen-Auermann, Adams e Doluschitz (2018), a confiança poderia oferecer vantagens econômicas, contudo quando não ocorre limita o desempenho da cooperativa (Cook, 1995). O aspecto da gestão e do desempenho corroboram o proposto por Zwick e Pereira (2013) de que as cooperativas não atuam no sentido extremo da competitividade ou da cooperação, ou na contraposição entre individual e coletivo, mas localizam-se em um contínuo entre esses dois polos em que há um equilíbrio entre essas dimensões.

Essa questão da quebra de confiança foi evidenciada na classe 1 do grupo focal sob o tema – preocupações – quando os participantes sugeriram que o lema – crescer juntos – seria um fator de cooperação. Salienta-se que os agricultores necessitam sentir que fazem parte da cooperativa, com sua efetiva participação, uma vez que estes formam a cooperativa (Kunzler;

Badalotti, 2017), com a participação constituindo elemento essencial para o desenvolvimento coletivo (Silva, Moretto Neto, 2015).

A cooperação, contudo, apresenta-se como uma necessidade para os pequenos produtores, alinhando-se mais à perspectiva Doutrinária (Forgiarini; Alves; Mendina, 2018) e da Economia Plural (Zwick; Pereira, 2013). As grandes cooperativas, de acordo com os relatos, não têm interesse pela região, seu objetivo é obter lucro e levá-lo para seu Estado de origem. Essa referência se dá naquelas que não possuem como matriz o Estado, contemplando a perspectiva da Teoria Econômica da Cooperação (Forgiarini; Alves; Mendina, 2018).

A importância da cooperativa para os pequenos proprietários foi recorrente na análise da classe 4 do grupo focal, que destaca a importância da cooperativa para o pequeno, relatado como: “Eu como pequeno produtor sem participar de uma cooperativa eu nem existo, você participa de uma cooperativa você começa a existir”.

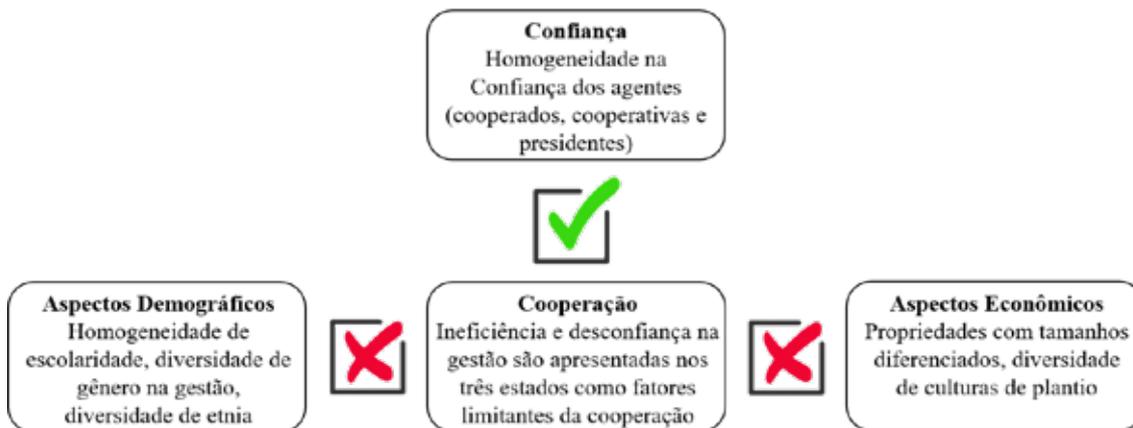
Não se verificou resistência ao compartilhamento de informações e técnicas desenvolvidas na propriedade com outros produtores, corroborando a constatação de que essa comunicação é intensificada quando o produtor é associado/cooperado em uma cooperativa e propícia à obtenção de tecnologias e melhorias de condições sociais (YU; NILSSON, 2021).

A proximidade geográfica e a homogeneidade de etnia, que ocorrem principalmente nos Estados do RS e RN, configuram espaços de convivência mútua, visto que nesses dois Estados as relações sociais foram consideradas vantagens da cooperação. Putnam (2006) considera essa dimensão relevante para constituição da participação cívica que contribui para os processos de cooperação. Essa perspectiva é reafirmada nos grupos focais que evidenciam como os participantes interpretam o termo cooperação. De acordo com os participantes, a cooperação precisa estar presente tanto nas horas boas quanto nas más, conforme relato: “Aquele que estava forte se pode um dia está mais fraco, quem está fraco fica forte, vai vindo se ajudando, equilibrando, se desenvolvendo”. Complementam essa ideia ao afirmar que cooperação se trata de um ajudando o outro, grupo de pessoas que pensam em um bem comum e juntam forças para se manter fortes no mercado, quanto maior o grupo mais competitivo ele será, ajuda mútua, evidencia-se aqui a perspectiva Doutrinária (Forgiarini; Alves; Mendina, 2018) e da Economia Plural (Zwick; Pereira, 2013).

Os dados, portanto, não revelam fatores predominantes que conduzem a um perfil de cooperação, mas a um conjunto de variáveis singulares (localidade, etnia, tamanho da propriedade, tipos de produtos) que produzem estruturas de cooperação e confiança semelhantes nos três Estados, com ênfase em fatores negativos relacionados à ineficiência e desconfiança na gestão. Sendo assim, esta pesquisa não corrobora os resultados encontrados por Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019), que encontraram nos fatores demográficos e econômicos influência positivamente nos aspectos da cooperação.

A Figura 3 faz uma síntese dos achados em relação às categorias propostas.

Figura 3 – Confiança, os aspectos econômicos e demográficos e suas influências sobre a cooperação



Fonte: Dados da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar como os fatores demográficos, econômicos e confiança afetam as atividades de cooperação em três regiões brasileiras utilizando uma adaptação do modelo proposto por Muriqi, Fekete-Farkas e Baranyai (2019).

Os dados mostram que a cooperação é um constructo complexo, visto que não foram encontradas relações causais que evidenciam maior cooperação, uma vez que os Estados analisados possuíam condições demográficas e econômicas diferenciadas, contudo apresentam um perfil semelhante no que diz respeito à confiança.

Os dados revelam que os pequenos e médios proprietários têm maior tendência a se manterem nas cooperativas em virtude de sua fragilidade produtiva, como a comercialização e a necessidade de assistência técnica.

A convivência de grandes e pequenas cooperativas em um mesmo ambiente institucional gera distorções na compreensão sobre o conceito de cooperação, pois as primeiras, de acordo com os discursos no grupo focal, possuem sua matriz em outros Estados e pouco contribuem para a região, pois levam seu lucro para fora, e desta forma não contribuem para uma concepção de cooperação que visa a um equilíbrio entre organização e sociedade como proposto pela perspectiva Doutrinária (Forgiarini; Alves; Mendina, 2018) e da Economia Plural (Zwick; Pereira, 2013).

Tal preocupação traz inúmeras reflexões. Entre elas, se a criação de grandes cooperativas pode ocasionar o esvaziamento das pequenas, gerando até seu fechamento e fragilizando a crença no modelo cooperativo ou fazendo com que predomine a perspectiva da Teoria Econômica da Cooperação (Forgiarini; Alves; Mendina, 2018). Tal fato, no entanto, carece de estudos para se verificar se existe alguma relação entre as pequenas cooperativas que faliram e a vinda de grandes organizações para a região, além da necessidade de grandes cooperativas divulgarem os benefícios que trazem para as regiões e de manter uma maior proximidade com o cooperado, com a finalidade de eliminar esse “descontentamento” de parte de seus membros.

As limitações da pesquisa são relacionadas ao número de cooperados e cooperativas pesquisados em cada Estado. O porte das cooperativas em cada Estado representou outra limitação na análise. Esses dois aspectos não haviam sido considerados como objeto de análise.

Outros aspectos não analisados podem servir de direcionamentos para estudos futuros, como questões relacionadas à confiança e cooperação não contemplados nesta pesquisa, além de aspectos operacionais relacionados às atividades dos associados com a cooperativa.

Como a confiança mostrou-se uma tendência relevante e determinante nas relações de cooperação, estudos futuros poderiam aprofundar esse aspecto nos diferentes portes de cooperativas. Outra sugestão em relação à confiança em outros cooperados, seria importante considerar o nível de pulverização do capital das cooperativas que estão sendo analisadas, principalmente no comparativo de região. Evidenciar a média do número de cooperados por cooperativa em cada Estado, bem como se é esperado que em Estados com maior média o nível de confiança seja menor, pois maior será a complexidade da cooperativa e heterogêneo o quadro de membros. Da mesma forma, o número de atividades que a cooperativa possui pode apresentar influência na percepção de confiança em outros cooperados, pois novamente a complexidade e heterogeneidade de interesses é distinta.

Outros aspectos relacionados às características das regiões poderiam fazer parte de análises em novos estudos relacionados às cooperativas agropecuárias, como a concorrência com outras empresas no mercado e se os cooperados vendem a produção para estas, o que pode revelar que na prática a cooperação não está surtindo os efeitos que a cooperativa deseja, mostrando-se necessário verificar as motivações e refletir sobre ações para diminuir a ocorrência do fato.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelos recursos de pesquisa Processos Processo: 449162/2014-1 e 421523/2018-2, bem como a bolsa produtividade em pesquisa Processo: 312225/2020-2. À Universidade Federal da Grande Dourados pelo suporte na realização da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- AIGNEREN, M. La técnica de recolección de información mediante los grupos focales. *Revista Electrónica del Centro de Investigación Social (CEO)*, 2001. Disponível em: http://ccp.ucr.ac.cr/bvp/texto/14/grupos_focales.htm. Acesso em: 29 nov. 2022.
- BARBOSA, E. J. A.; GARZÃO, M. O.; COSTA, N. L.; SANTANA, A. C. Comercialização da soja: elementos para entender a importância do preço e da época do ano na decisão de venda pelo produtor rural. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 20, n. 58, p. 1-16, 2022.
- CASTRO, M. P. de. *A auto-organização feminista como processo de aprendizagem coletiva: a experiência da Rede Xique-Xique*. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22102014-132338/pt-br.php>. Acesso em: 2 fev. 2022.
- COOK, M. L. The future of US agricultural cooperatives: A neo-institutional approach. *American Journal of Agricultural Economics*, Missouri, v. 77, n. 5, p. 1.153-1.159, 1995.
- CREED, W. E. D.; MILES, R. E. Trust in organizations: A conceptual framework linking organizational forms, managerial philosophies, and the opportunity costs of controls. In: KRAMER, Roderick M.; TYLER, Tom R. (Eds.). *Trust in organizations: Frontiers of theory and research*. Londres: Sage Publications, 1996.

DE AQUINO, J. R.; ALVES, M. O.; VIDAL, M. de F. Agricultura familiar no Nordeste do Brasil: um retrato atualizado a partir dos dados do censo agropecuário 2017. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 31-54, 2020.

EMATER/RS-ASCAR. *Relatório socioeconômico da cadeia produtiva do leite no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2019. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/370/2019/12/Relatorio-Leite-2019_2.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

FERREIRA, N. M. da C. *Cooperativismo sob a ótica da economia solidária e popular: algumas evidências no meio rural potiguar*. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Natal, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/13738/1/CooperativismoOticaEconomia_Ferreira_2010.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.

FORGIARINI, D. I.; ALVES, C. N.; MENDINA, H. J. C. Aspectos teóricos do cooperativismo e suas implicações para a gestão de cooperativas. *Revista de Gestão e Organizações Cooperativas*, Santa Maria, edição especial, n. 1, p. 21-36, 2018.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, G.; BAUER, M. W. (org.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 64-89.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017*. Rio de Janeiro: IBGE/Sidra, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>. Acesso em: 19 mar. 2021.

JENSEN-AUVERMANN, T.; ADAMS, I.; DOLUSCHITZ, R. Trust – Factors that have an impact on the interrelations between members and employees in rural cooperatives. *Journal of Co-operative Organization and Management*, Amsterdã, v. 6, n. 2, p. 100-110, 2018.

KUNZLER, L. L.; BADALOTTI, R. M. Cooperação alternativa como estratégia de viabilização da agricultura familiar: o caso da Cooperativa Central Sabor Colonial. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 15, n. 39, p. 320-352, 2017.

LAZZARINI, S.; CHADDAD, F.; COOK, M. Integrating supply chain and network analyses: the study of netchains. *Journal on chain and network science*, Amsterdã, v. 1, n. 1, p. 7-22, 2001.

LOPES, F. M. *Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2003.

MACEDO, A. dos S.; SOUSA, D. N. de; AMODEO, N. B. P. A Organização do quadro social na interface entre gestão empresarial e social de cooperativas. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, n. 12, v. 26, p. 177-205, 2014.

MAEDA, M. Y.; SAES, M. S. M. A lógica da ação coletiva: a experiência do Condomínio Agrícola Leopólis. In: SEMEAD – SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO, 12., 2009, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Semead, 2009.

MOJO, D.; FISCHER, C.; DEGEFA, T. The determinants and economic impacts of membership in coffee farmer cooperatives: recent evidence from rural Ethiopia. *Journal of Rural Studies*, Londres, v. 50, p. 84-94, 2017.

MORGAN, D. L. *Focus group as qualitative research*. London: Sage, 1997.

MURIQI, S.; FEKETE-FARKAS, M.; BARANYAI, Z. Drivers of cooperation activity in Kosovo's agriculture. *Agriculture*, Basel, v. 9, n. 5, p. 96, 2019.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019*. Brasília: SistemaOCB, 2019. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/publicacao/53/anuario-do-cooperativismo-brasileiro-2019>. Acesso em: 25 jan. 2021.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2021*. Brasília: SistemaOCB, 2022a. Disponível em: <https://anuario.coop.br/anuario#apresentacao>. Acesso em: 29 nov. 2022.

OCB. Organização das Cooperativas Brasileiras. História do Cooperativismo. *SistemaOCB*. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 2 fev. 2022b.

OCB/MS. Sindicato e Organização das Cooperativas no Mato Grosso do Sul. COOP-Grande completa 75 anos de trabalho. *Sistema OCB/MS*, 13 maio 2010. Disponível em: <http://ocbms.org.br/noticia/coop-grande-completa-75-anos-de-trabalho/749/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

OCB/MS. Sindicato e Organização das Cooperativas no Mato Grosso do Sul. Cooperativismo. *Sistema OCB/MS*, 25 fev. 2011. Disponível em: <http://ocbms.org.br/noticia/cooperativismo/1277/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

OCB/MS. Sindicato e Organização das Cooperativas no Mato Grosso do Sul. *Panorama do Cooperativismo Sul-mato-grossense 2019*. Campo Grande: Sistema OCB/MS, 2019. Disponível em: <http://ocbms.org.br/public/publicacoes/9935-panorama-cooperativismo-ms-web-2.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2022.

- PEREIRA, J. P. de C.; CARVALHO, M. M. de. Cooperação e localidade: uma análise no contexto do agronegócio de flores. *Produção*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 195-209, 2008.
- POLANYI, K. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 2013.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- R CORE TEAM. *R: A language and environment for statistical computing*. Vienna, Áustria: R Foundation for Statistical Computing, 2020. Disponível em: <https://www.r-project.org/> Acesso em: 2 fev. 2022.
- RIEDER, A. Vida rural de colonos de Erechim (RS), Brasil, em torno da década de 1960. *Raízes e Rumos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 33-47, 2017.
- ROTTER, J. B. Interpersonal trust, trustworthiness, and gullibility. *American Psychologist*, Washington, v. 35, n. 1, p. 1-7, 1980.
- SAES, M. S. M. Estratégias de diferenciação e apropriação da quase-renda na agricultura: a produção de pequena escala. 2008. Tese (Livre Docência em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: http://pensaqa.fia.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Estrategias_de_diferenciacao_e_apropriacao_da_quase_renda_na_agricultura_a_producao_em_pequena_escala_2008-1.pdf. Acesso em: 2 fev. 2022.
- SANTOS, B. de S. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.
- SILVA, K. V. da; MORETTO NETO, L. Gestão social e participação nas decisões: estudos de caso em cooperativas de base social catarinenses. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, n. 13, v. 30, p. 132-154, 2015.
- VERGARA, S. C. *Projetos e relatórios de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.
- VOGT, O. P.; RADÜNZ, R. Jesuítas e cooperativismo: as associações e seu papel no desenvolvimento regional do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 15, n. 15, p. 273-284, 2013.
- WESZ JUNIOR, V. J.; BUENO, V. do N. A produção de soja em pequenas propriedades familiares na Região das Missões/RS. In: SOBER, 46, 2008, Rio Branco. *Anais [...]*. Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.
- WILLIAMSON, O. E. Transaction-cost economics: the governance of contractual relations. *The Journal of Law and Economics*, Chicago, v. 22, n. 2, p. 233-261, 1979.
- YU, L.; NILSSON, J. Farmers' Assessments of Their Cooperatives in Economic, Social, and Environmental Terms: An Investigation in Fujian, China. *Frontiers in Environmental Science*, Lausanne, v. 9, p. 151, 2021.
- ZWICK, E.; PEREIRA, J. R. Gestão de cooperativas: derivações teóricas do pensamento utópico. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, Maringá, v. 35, n. 1, p. 13-23, 2013.

Autora correspondente:

Erlaine Binotto

Universidade Federal da Grande Dourados, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia.
Rodovia Dourados-Itahum KM 12 – Itahum – 79800-000 – Dourados/MS, Brasil

E-mail: erlainebinotto@ufgd.edu.br

Todo conteúdo da Revista Desenvolvimento em Questão
está sob Licença Creative Commons CC – By 4.0.